



Comissão publica Relatório de Convergência 2018 Avaliação dos progressos alcançados pelos Estados-Membros na adoção do euro

Bruxelas, 23 de maio de 2018

O Relatório de Convergência 2018, hoje publicado, avalia os progressos realizados pelos Estados-Membros na via da adesão à área do euro.

Abrange os sete Estados-Membros que assumiram o compromisso jurídico de adotar o euro: Bulgária, República Checa, Croácia, Hungria, Polónia, Roménia e Suécia. Segundo o relatório, estes Estados-Membros apresentam, de um modo geral, uma convergência nominal significativa, embora nenhum deles cumpra atualmente todas as condições formais para aderir à área do euro. Dois destes países, a Bulgária e a Croácia, cumprem todos os critérios de convergência, com exceção do critério relativo à taxa de câmbio, uma vez que nenhum deles é membro do Mecanismo de Taxas de Câmbio (MTC II).

Segundo o Vice-Presidente Valdis **Dombrovskis**, responsável pelo Euro e o Diálogo Social, bem como pela Estabilidade Financeira, Serviços Financeiros e União dos Mercados de Capitais: «O euro foi criado como moeda única para toda a UE. Por conseguinte, a adesão à área do euro está aberta a qualquer país da UE que envide esforços nesse sentido. É certo que o caminho para o euro pode parecer longo e, por vezes, difícil. A Comissão está disposta a colaborar com os Estados-Membros que estejam empenhados em preparar uma adesão bem sucedida à área do euro mediante o reforço dos seus sistemas económicos e financeiros. O nosso relatório de convergência revela, por exemplo, que a Bulgária já satisfaz inteiramente os critérios nominais de Maastricht relativos à estabilidade dos preços, às finanças públicas e à convergência das taxas de juro de longo prazo. Saudamos os atuais esforços das autoridades búlgaras para preparar a participação no Mecanismo de Taxas de Câmbio (MTC II) a fim de cumprir igualmente os critérios de estabilidade da taxa de câmbio.

O Comissário responsável pelos Assuntos Económicos e Financeiros, Fiscalidade e União Aduaneira, Pierre **Moscovici**, afirmou: «O relatório hoje apresentado proporciona uma perspetiva geral dos progressos realizados no cumprimento dos critérios de convergência — o exame de admissão para aderir à área do euro. Nenhum dos sete Estados-Membros avaliados satisfaz atualmente todas as condições legais para aderir. Paralelamente, uma das principais lições das últimas duas décadas é que, para que os países possam prosperar no interior da área do euro, a convergência económica real é tão importante como a convergência nominal. Por este motivo, é importante que os países que desejam adotar o euro se esforcem por incrementar a produtividade, aumentar o investimento, melhorar a situação do emprego e reduzir as desigualdades. A Comissão está pronta a ajudar, designadamente através do novo instrumento orçamental que apresentará na próxima semana.»

A adesão à área do euro é um processo aberto e assente em regras. O relatório baseia-se nos critérios de convergência, por vezes designados «critérios de Maastricht», enunciados no [artigo 140.º, n.º 1](#), do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). Os critérios incluem a estabilidade dos preços, a solidez das finanças públicas, a estabilidade das taxas de câmbio e a convergência das taxas de juro de longo prazo. É igualmente avaliada a compatibilidade da legislação nacional com as regras da União Económica e Monetária (UEM). O relatório conclui que:

- Todos os Estados-Membros em causa cumprem o critério relativo às finanças públicas.
- A Bulgária, a República Checa, a Croácia, a Hungria e a Suécia cumprem o critério relativo às taxas de juro de longo prazo.
- A Bulgária, a Croácia, a Polónia e a Suécia cumprem o critério da estabilidade dos preços.
- Nenhum destes Estados-Membros cumpre o critério relativo à taxa de câmbio, uma vez que nenhum deles é membro do Mecanismo de Taxas de Câmbio (MTC II): são necessários pelo menos dois anos de participação no mecanismo, sem tensões graves, antes da adesão à área do euro.

Para além de avaliar o cumprimento destas condições formais de adesão à área do euro, o relatório conclui que, com exceção da Croácia, a legislação dos Estados-Membros analisados não é totalmente compatível com as regras da União Económica e Monetária.

A Comissão analisou também outros fatores referidos no Tratado que devem ser tidos em conta na avaliação da sustentabilidade da convergência, tendo constatado que os Estados-Membros não pertencentes à área do euro estão, em geral, bem integrados na UE do ponto de vista económico e

financeiro. No entanto, alguns desses Estados ainda padecem de vulnerabilidades macroeconómicas e/ou são confrontados com problemas relacionados com o seu enquadramento empresarial e institucional que podem representar riscos para a sustentabilidade do processo de convergência.

A convergência e a criação de estruturas económicas robustas são cruciais para a prosperidade da União, no seu conjunto, e para o bom funcionamento do euro. A Comissão está empenhada em ajudar os Estados-Membros não pertencentes à área do euro a prepararem a adoção da moeda única. O [Serviço de Apoio à Reforma Estrutural](#) (SARE) presta assistência na conceção e execução de reformas específicas e no reforço da capacidade global de reforma dos Estados-Membros. Como parte integrante das suas propostas para aprofundar a União Económica e Monetária, a Comissão propôs a criação de uma vertente específica no âmbito do atual Programa de Apoio às Reformas Estruturais (PARE) para prestar assistência técnica aos Estados-Membros que o solicitem no seu processo de adoção do euro. Na sua proposta de [Quadro Financeiro Plurianual \(QFP\) para o período pós-2020](#), a Comissão anunciou a intenção de propor um [mecanismo de convergência específico para assistir os Estados-Membros](#) que desejem aderir à área do euro. O recurso a este mecanismo de convergência será facultativo e o apoio prestado terá caráter técnico e financeiro.

Segundo um novo [inquérito Eurobarómetro](#) publicado hoje, o apoio à adesão ao euro nos Estados-Membros não participantes na área do euro abrangidos pelo relatório de convergência aumentou 4 pontos percentuais em relação ao valor do ano passado, para 51 %. Este inquérito vem na sequência da publicação, em dezembro de 2017, de um [inquérito Eurobarómetro](#) segundo o qual o apoio ao euro entre os cidadãos da área do euro se situava ao nível mais elevado desde 2004.

Contexto

O [Relatório de Convergência](#) proporciona ao Conselho da UE a base para determinar se um Estado-Membro cumpre ou não as condições necessárias para aderir à área do euro.

O Relatório de Convergência elaborado pela Comissão Europeia é publicado paralelamente ao [Relatório de Convergência do Banco Central Europeu](#) (BCE).

Os relatórios de convergência são publicados de dois em dois anos, ou quando um Estado-Membro solicita especificamente uma avaliação da sua capacidade para aderir à zona euro, como aconteceu com a Letónia em 2013.

Todos os Estados-Membros, exceto o Reino Unido e a Dinamarca, estão obrigados a aderir à área do euro. O Reino Unido e a Dinamarca não são, portanto, abrangidos pelo relatório.

Para mais informações:

Relatório de Convergência 2018: Avaliação dos Estados-Membros no que diz respeito às condições para a adoção do euro — [MEMO](#)

[Relatório de Convergência 2018](#)

[Relatório de Convergência do BCE 2018](#)

[Eurobarómetro Flash n.º 465: Introdução do euro nos Estados-Membros que ainda não adotaram a moeda comum](#)

[Eurobarómetro Standard 88 Opinião pública na União Europeia](#)

[Relatórios de Convergência anteriores](#)

[O euro](#)

[União Económica e Monetária](#)

IP/18/3826

Contactos para a imprensa:

[Christian SPAHR](#) (+32 2 295 61 53)

[Annicky LAMP](#) (+32 2 295 61 51)

[Enda MCNAMARA](#) (+32 2 296 49 76)

Perguntas do público em geral: [Europe Direct](#) pelo telefone [00 800 67 89 10 11](#) ou por [e-mail](#)